

apoio técnico da ONU ao processo eleitoral

governo moçambicano das Nações Unidas em Maputo, um sobre a futura assistência técnica da ONU ao seu processo eleitoral, conforme previsto pelo Acordo de Paz. O documento, assinado ministro da Cooperação moçambicana, Jacinto So, e pelo representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Erick de Oliveira, a preceção do apoio da angariação de fundos internacionais para financiamento do processo.

O Governo de Maputo fará para promover a participação de todos os cidadãos moçambicanos sem qualquer discriminação, para a concorrência de ideias se faça de forma pacífica, sem qualquer violência, afirmou o ministro da Cooperação, durante o acto de assinatura.

Segundo Jacinto So, o Governo moçambicano fará todos os esforços para que as futuras eleições decorram numa «sociedade em que o uso da força na confrontação política seja definitivamente banido».

«Refirmo a nossa determinação de respeitar estes princípios, com o Frelimo no poder, como é actualmente o caso, ou estando o Partido na oposição, assim como poderá vir a ser o caso no futuro», reiterou o ministro da Cooperação.

O Protocolo V do Acordo Geral de Paz, assinado em Roma em Outubro de 1982, estabelece que as Nações Unidas prestarão apoio técnico e financeiro ao Governo de Moçambique para organização e realização das primeiras eleições livres naquele País, ainda sem data marcada.

O primeiro passo preconizado será a criação de um designado Secretariado Técnico de Administração

Eleitoral (STAE), que possivelmente ficará subordinado à Comissão Nacional de Eleições, na gestão e coordenação de todas as actividades relativas ao processo em causa em Moçambique.

O acordo assinado estabelece que o PNUD financerá uma equipa técnica de base que assistirá a CNE e o STAE no planeamento e na coordenação do processo eleitoral, assim como na gestão dos fundos a serem disponibilizados pelos doadores, actualmente estimados em 78 milhões de dólares.

A primeira «data», já disponibilizada pelas Nações Unidas, é de 673 mil dólares, verba considerada «modesta» pelo representante do PNUD em Moçambique, que no entanto prometeu os próximos da ONU para obtenção rápida de mais dinheiro junto da comunidade doadora internacional.

Nomeado novo adido de Defesa português

O coronel piloto-aviador Alfredo Francisco Pinto da Silva será a partir de Junho o novo adido de Defesa português em Moçambique, segundo Portaria conjunta dos Ministérios da Defesa e das Negociações Estrangeiras publicada em Lisboa.

O coronel Pinto da Silva acumulará funções em Harare, Lusaka e Dar-es-Salaam, as capitais do Zimbabué, Malawi e Tanzânia.

Saliente-se que o oficial nomeado substituirá o tenente-coronel da infantaria Manuel Vasques Brás da Costa.

ONU pede apoio internacional para repatriamento de moçambicanos

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) pediu empenho à Comunidade Inter-

nacional empreito na angariação de 205 milhões de dólares para ajudar os cerca de 1,3 milhões de moçambicanos a regressar ao País.

O ACNUR disse que o programa de repatriamento, o maior de sempre na África, deverá ter a duração de pelo menos três anos.

David Lambo, o coordena-

dor do ACNUR para a África, disse que a operação deverá também ser uma numera das mais difíceis e complicadas de sempre devido à devastação da guerra civil noquel País e aos efeitos duradouros da grave seca que se registou no África Austral.

Os 16 anos de guerra civil em Moçambique entre tropas do Frelimo, no poder, e da Renamo terminaram a 4 de Outubro do ano passado quando as duas partes assinaram, em Roma, o Acordo Geral de Paz.

Desmobilizados do Exército regressam às zonas de origem

Os primeiros soldados desmobilizados do Exército governamental na Província de Maputo começaram terça-feira finda a regressar às suas zonas de origem.

Segundo uma fonte da Unidade Técnica para a Desmobilização, 238 milita-

res e respectivas famílias, em número de 600 pessoas, apresentaram-se ainda terça-feira para serem conduzidos a zonas de sua preferência no interior do País.

Um total de 1.766 militares governamentais, com 3.337 familiares sob sua dependência, foi registrado desde Abril para desmobilização, ao abrigo do acordo geral de paz, em diversas unidades da Província de Maputo.

A operação decorreu sob auspícios das Nações Unidas, que designou observadores. O total de soldados a beneficiar poderá atingir

16 mil antigos combatentes das Forças Armadas, militares e familiares directa, caso o abrangido opte pelo regresso à zona de origem.

Brigadas da Onumoz, da Organização Internacional para a Migração e do Ministério das Finanças de Moçambique fazem o registo de todo o processo.

Segundo estimativas governamentais, o Estado moçambicano gastará cerca de 67 milhões de meticais com o pagamento de subsídios de compensação aos desmobilizados do Exército governamental, no âmbito do Acordo Geral de Paz.

Operação das Nações Unidas

Já se encontram em Moçambique todos os efectivos de Infantaria

As tropas multinacionais de Infantaria destinadas

ao «corredor» moçambicano para sectores específicos e especializados de apoio aos soldados já com posição no terreno.

Portugal está a assegurar as comunicações inter-

nais da Onumoz, entre o comando central instalado em Maputo e os comandos regionais, na Beira e Nampula.

O efectivo de Infantaria, 4.721 militares, são constituídos por contingentes de 1.320 do Bangladesh, 1.039 da Itália, 821 da Zâmbia, 820 do Uruguai e 721 do Botswana.

A missão destes «boinas azuis» é a protecção militar dos «corredores» da Beira, Limpopo, Nacala e Tete, que foi assegurada por tropas do Zimbabwe desde 1984 até meados de Abril passado.

A Operação das Nações Unidas em Moçambique (Onumoz) vai contar também com tropas da Índia, que chegaram ao País cinco efectivos.

Uma unidade médica argentina de 36 especialistas

da medicina e pessoal de enfermagem já chegou a Moçambique e irá atuar no Sul do País, num hospital da Onumoz que está a ser montado na Matola, arredores da capital.

As Nações Unidas têm

ainda 207 observadores militares não armados, oriundos de 17 países. A sua missão será fiscalizar as operações de acantonamento e desmobilização dos soldados governamentais e da Renamo.

Entretanto, dois avões

cargueiros «Antonov» chegam ao penúltimo fim de semana ao Aeroporto Internacionais de Maputo, transpondo oito helicópteros

destinados a apoiar as actividades da Onumoz.

MOÇAMBIQUE E ANGOLA Boas oportunidades

Professional Career Services, pretende preencher vagas para clientes de conhecida reputação, dentro das seguintes categorias:

- * Engenheiro com experiência em construção de estradas, prédios, engenharia civil e em desenho no sector de electricidade e mecânica.
- * Técnicos especializados nos sectores acima mencionados.
- * Encarregado Geral
- * Mecânicos Diesel com experiência em equipamento de remoção de terras.

Favor contactar Gary, Philip ou Estelle pelo Tel. (011) 789-3337 ou através do Fax (011) 787-0024

Como vivem os militares do Batalhão de Transmissões

Os soldados portugueses do Batalhão de Transmissões (BT4) destacados em Moçambique, no âmbito da Onumoz, diferenciam-se das restantes tropas das Nações Unidas por uma maior capacidade de «adaptação ao terreno».

Os «luzes» vivem em tendas de campanha, comem em marmetas militares e contam garrafas de plástico de água engarrifadas para servir de copos, mas cultivam um fino humor sobre as suas ainda deficientes condições de instalação.

A missão técnica da que foram incumbidos está em vias de ser completamente implementada, com sistemas de comunicações já estabelecidos entre o Comando Central da Onumoz em Maputo e os Comandos Regionais nas Cidades de Beira, Nampula, Inhambane, Chimoio e Tete.

As ligações diretas entre a Unidade e Lisboa também foram já estabelecidas em boas condições técnicas, sendo de esperar que, no curto prazo, os efectivos do BT4 possam passar a falar regularmente com as suas famílias em Portugal, em condições de estabelecer.

A fase seguinte, a curto prazo, será manter as ligações entre Maputo e a Região Sul do País, após o que estará montado o «esqueleto» completo da rede de telecomunicações que permitirá a Operação das Nações Unidas em Moçambique (Onumoz) um perfeito domínio a nível das comunicações.

No entanto, os militares portugueses são das mais mal instaladas em Moçambique. Numa visita efectuada ao acampamento da Matola, verificou-se que, confuso o morar das tropas e envolto a que a situação está em vias de ser ultrapassada.

O comandante da Unidade, tenente-coronel Pinto de Castro, disse que as dimensões foram originadas pelo facto de o local atribuído pela Onumoz para a instalação do contingente português ser provisório e

não dispor das mínimas condições sanitárias básicas.

O BT4 foi instalado provisoriamente num terreno de baldio situado na Matola, a cerca de 10 quilómetros de Maputo, sem infraestruturas sanitárias de qualquer tipo. A expectativa de mudança de local atrasou a instalação final do quartel-general, com reflexos na comodidade das tropas.

As Nações Unidas comunicaram oficialmente ao Comando do Batalhão de Telecomunicações (BT4) que este local de acampamento, inicialmente provisório, passou a ser definitivo. Isto permitiu aos militares lusos organizar melhor, do ponto de vista profissional, o cumprimento da missão do BT4.

O Batalhão de Telecomunicações português inclui alguns militares jovens, mas a maioria dos seus oficiais e sargentos especialistas já cumpriu missões em África e tem, por isso, uma deslumbrante capacidade de «adaptação ao terreno».

A Unidade possui cerca de 130 homens em Maputo, 60 na Beira, 60 em Nampula e pequenos destacamentos de especialistas em Inhambane, Tete e Chimoio para apoiar o Batalhão de Infantaria da Índia e do Botswana.

No acampamento militar, oficiais, sargentos e soldados levaram as suas marmitas depois de terminada a refeição e condenaram-se ao relatório improvisado sob uma grande tenda da campanha. A comida é igual para todos e o próprio comandante do Batalhão, tenente-coronel Pinto de Castro, almoça com as tropas.

Apesar de terem chegado há mais de 15 dias atrás, o pão que comem é ainda do que veio congelado de Portugal. A fruta é comprada localmente e o vinho, em pequenas embalagens, é distribuído individualmente às refeições.

A água que bebem é en-

garrafada, mas só é distribuída gratuitamente às horas de refeição, depois disso tem de ser paga ao custo de 65 escudos por cada garrafa de litro e meio, num País onde o valor

garrafada, mas só é distribuída gratuitamente às horas de refeição, depois disso tem de ser paga ao custo de 65 escudos por cada garrafa de litro e meio, num País onde o valor

garrafada, mas só é distribuída gratuitamente às horas de refeição, depois disso tem de ser paga ao custo de 65 escudos por cada garrafa de litro e meio, num País onde o valor

garrafada, mas só é distribuída gratuitamente às horas de refeição, depois disso tem de ser paga ao custo de 65 escudos por cada garrafa de litro e meio, num País onde o valor

garrafada, mas só é distribuída gratuitamente às horas de refeição, depois disso tem de ser paga ao custo de 65 escudos por cada garrafa de litro e meio, num País onde o valor

garrafada, mas só é distribuída gratuitamente às horas de refeição, depois disso tem de ser paga ao custo de 65 escudos por cada garrafa de litro e meio, num País onde o valor

garrafada, mas só é distribuída gratuitamente às horas de refeição, depois disso tem de ser paga ao custo de 65 escudos por cada garrafa de litro e meio, num País onde o valor

garrafada, mas só é distribuída gratuitamente às horas de refeição, depois disso tem de ser paga ao custo de 65 escudos por cada garrafa de litro e meio, num País onde o valor

garrafada, mas só é distribuída gratuitamente às horas de refeição, depois disso tem de ser paga ao custo de 65 escudos por cada garrafa de litro e meio, num País onde o valor

garrafada, mas só é distribuída gratuitamente às horas de refeição, depois disso tem de ser paga ao custo de 65 escudos por cada garrafa de litro e meio, num País onde o valor

garrafada, mas só é distribuída gratuitamente às horas de refeição, depois disso tem de ser paga ao custo de 65 escudos por cada garrafa de litro e meio, num País onde o valor

garrafada, mas só é distribuída gratuitamente às horas de refeição, depois disso tem de ser paga ao custo de 65 escudos por cada garrafa de litro e meio, num País onde o valor

garrafada, mas só é distribuída gratuitamente às horas de refeição, depois disso tem de ser paga ao custo de 65 escudos por cada garrafa de litro e meio, num País onde o valor

garrafada, mas só é distribuída gratuitamente às horas de refeição, depois disso tem de ser paga ao custo de 65 escudos por cada garrafa de litro e meio, num País onde o valor